

ANDRÉ STUMPF

Con. Brasil A história se repete

Em setembro de 1982, os bancos que haviam emprestado dinheiro aos países emergentes decidiram que era a hora de cobrar a conta. Até então, os economistas diziam que as dívidas não deveriam ser pagas, mas roladas. E a capacidade de atrair novos investimentos estava longe de se esgotar. Tudo se acabou de um dia para o outro e o Brasil bateu às portas do Fundo Monetário Internacional.

No primeiro momento da negociação as conversas correram de maneira civilizada. Aí entrou em cena o ajuste fiscal muito semelhante ao atual. Forte elevação de impostos, violenta carga contra os funcionários públicos e desvalorização acentuada da moeda. É bom lembrar que o presidente era o general João Baptista Figueiredo, o último do ciclo dos militares. O ministro era Delfim Netto, hoje deputado federal e crítico das políticas de Fernando Henrique Cardoso.

Quando o Congresso Nacional foi chamado a votar as proposições do ajuste, a terra começou a desaparecer sob os pés do regime até então monolítico e incontestado. A inflação tomou conta do cenário e os políticos trataram de abrir uma alternativa aos governos militares. É nes-

te período que ganha força a campanha diretas já e surge a candidatura Tancredo Neves. O fim dos governos militares ocorre no exato momento em que a crise econômica ganha força.

A história brasileira é recorrente sob este ponto de vista. Não muda. As crises são as mesmas, só os personagens são diferentes. As consequências da crise de 82 permearam todo o governo Sarney e seus muitos planos de estabilização da moeda. Elegeram Collor e o projeto de confisco de poupança. Chegaram até Itamar Franco. Foram doze anos de inflação enlouquecida. O processo só encontrou seu final com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique. Por ter controlado a inflação recebeu o prêmio merecido: a Presidência da República.

É curioso que as pessoas que estão em lugares estratégicos no governo não tenham percebido que a economia de um país das dimensões do Brasil é algo muito sério para ficar nas mãos apenas dos jovens economistas. As consequências de eventuais equívocos na condução dos negócios de Estado são devastadores na política. A história do Brasil é cheia de exemplos de confrontos entre o governo federal e a banca in-

ternacional. Usualmente o governo perde, o presidente se desestabiliza e os principais auxiliares saem.

A crise de agora repete o que o Brasil já passou. Câmbio sobrevalorizado, especulação forte, acordo draconiano com o FMI, ajuste fiscal fortíssimo, estados falidos, recessão em larga escala e desemprego em alta. Esse é um filme já visto. É fácil conduzir a negociação com a banca internacional. Difícil é fazer com que o governador de um estado falido, cercado por trabalhadores desempregados, sem caixa para pagar o funcionalismo e desesperado por não ter dinheiro para construir uma única escola ou colocar esparadrapo no hospital concorde com a recessão.

O presidente Fernando Henrique não escapou da lógica perversa da economia brasileira. Desvalorizou o Real. Haverá alguma inflação. Mas ele procura dar recados claros ao público interno e ao investidor externo. Sua preocupação é não permitir que, de novo, o desenrolar desta eterna novela das negociações entre Brasil e FMI produza mais vítimas. Ele, que é um homem culto, sabe que quem não aprende com as lições da história corre o risco de vivê-las novamente.